



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **7 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, domingo, 6 de fevereiro de 2011

FOLHA DE SÃO PAULO GOVERNO E EMPRESAS QUEREM ELEVAR COMPETITIVIDADE NO EXTERIOR	1
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Novos ventos no Planalto	2
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA ON-LINE MAIS 120 PRODUTOS TERÃO SELO PARA COMBATER INVASÃO DE CHINESES.....	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA ON-LINE NÃO DEVEMOS TER ILUSÃO DE QUE CÂMBIO VAI MUDAR, DIZ MINISTRO	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
PB NEWS Congresso	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
DIÁRIO DO NORDESTE-CE COMÉRCIO EVIDENCIA UNIÃO.....	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	
DIÁRIO DO NORDESTE-CE POR QUE É TÃO DIFÍCIL FAZER O MERCOSUL DECOLAR.....	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO GOVERNO E EMPRESAS QUEREM ELEVAR COMPETITIVIDADE NO EXTERIOR		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

DE SÃO PAULO

Os ministros do **Desenvolvimento**, Fernando **PIM**entel, e da **Ciência e Tecnologia**, Aloizio Mercadante, se reuniram nesta sexta-feira com importantes empresários da indústria brasileira para discutir um tema que aparece cada vez mais na pauta brasileira: **inovação**.

Não devemos ter ilusão de que câmbio vai mudar, diz ministro. Eles discutiram cerca de dez pontos que merecem atenção para aumentar os investimentos em pesquisa e **desenvolvimento** no país e, assim, elevar a competitividade das empresas brasileiras no exterior, informa Giuliana Vallone, repórter de **Mercado** da Folha.

A grande valorização do real resultou em um forte aumento nas importações. O fluxo de investimentos para o país --com a alta taxa de juros e a economia fortalecida-- faz a cotação do **dólar** cair e barateia as compras de produtos no exterior.

Além disso, segundo Mercadante, o **Brasil** se tornou um bom **mercado** para os países que querem exportar, porque o consumo interno está muito aquecido.

No áudio abaixo, a jornalista fala sobre a balança comercial brasileira e destaca que o governo não prevê uma solução via câmbio para o problema no superavit.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Novos ventos no Planalto		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

MUDANÇA DE HÁBITO

Com estilo diferente de Lula, Dilma se afasta do discurso do continuísmo

Gerson Camarotti

Com pouco tempo de mandato, a presidente Dilma Rousseff deu sinalizações claras de que não vai passar pela História como a presidente que apenas deu continuidade à gestão de seu antecessor, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ela deseja deixar sua marca própria nos quatro anos de governo e se diferenciar da administração anterior. Segundo ministros ouvidos pelo GLOBO semana passada, já há uma disposição da atual gestão de se afastar do discurso do continuísmo, que teve ênfase na campanha eleitoral.

No Palácio do Planalto, há um consenso de que bater na tecla do "continuísmo" diminui o papel de Dilma. Discretamente, assessores diretos da presidente tentam diminuir ao máximo o nível de atrito com antigos integrantes do governo Lula, principalmente após as diferenças acentuadas nas primeiras semanas de governo Dilma.

- A alternância de estilo causa um aspecto positivo e oxigena o governo. Mas não vejo por que Lula ter ciúmes daquilo em que ele apostou - disse o governador Jaques Wagner (PT-BA), interlocutor próximo de Dilma e Lula.

- Não tem modelo pior ou melhor. São estilos muito diferentes. O Lula era palanqueiro e Dilma, não - diz o presidente do PT, José Eduardo Dutra.

Mas há o reconhecimento interno de que essas diferenças são mais profundas do que uma simples mudança de estilo. Em vários casos, há um confronto direto com o governo Lula. Isso fica mais evidente na condução da política externa. A quebra do continuísmo ainda aparece com força na condução da política econômica, na nova ênfase de gestão do governo e na relação firme com os aliados, nas negociações de cargos de segundo escalão.

- Dilma não terá preocupação com a popularidade imediata. Não fará qualquer coisa pela reeleição. Essa é sua diferença. Vai se concentrar na administração do governo e evitar muito uma agenda congressual para não ficar dependente de aliados. Em relação à política externa, não

tem ambição de ser um grande líder mundial, como Lula. Sem essa necessidade de ganhar projeção internacional, Dilma deve facilitar muito a retomada de uma política externa conduzida pelo Itamaraty - disse um ministro próximo a ela.

Itamaraty volta a ter mais independência

A declaração de Dilma na Argentina, de que o Brasil não precisa ter opinião sobre tudo no mundo, ao ser questionada sobre o Egito, causou desconforto entre antigos assessores de Lula. No Ministério de Relações Exteriores, a avaliação é que, após a política externa da "Era Lula", o Itamaraty voltou a atuar de forma mais independente.

Mas seguindo a cartilha do Planalto de evitar atritos, o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, disse que as mudanças eram só uma "nova calibragem" ao ser questionado por um interlocutor.

Em outras áreas, as diferenças também são expressivas. Além do estilo discreto, que evita longas falas de improviso, Dilma foi ágil nas crises políticas. O primeiro choque de comportamento foi explicitado na transição: Dilma vetou a indicação do secretário estadual de Saúde, Sérgio Côrtes, para o Ministério da Saúde, após o governador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) ter feito um anúncio antecipado.

Na primeira semana de governo, Dilma repreendeu o general José Elito de Carvalho Siqueira, ministro do Gabinete de Segurança Institucional, porque ele disse que não é motivo de vergonha para o país o desaparecimento de presos políticos na ditadura.

Contrariada por comportamento de assessores, ela também deu sinal verde para a demissão imediata de Pedro Abramovay da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas; do presidente do Ibama, Abelardo Bayma, e do presidente do Inep, Joaquim Soares Neto. Na crise do Sisu, Dilma determinou que o ministro da Educação, Fernando Haddad, cancelasse suas férias.

Diferentemente de Lula, que em negociações com aliados costumava empurrar com a barriga os problemas, ela tem sido dura ao rejeitar indicações políticas para o 2º escalão. Isso ficou claro ao vetar as indicações do líder do

PMDB, deputado Henrique Eduardo Alves (RN) e do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) para Furnas.

Na política econômica, surpreendeu o **mercado** com o discurso de responsabilidade fiscal, inclusive ao endurecer na negociação do mínimo com as centrais sindicais, diferentemente de Lula, que preferia uma negociação permanente com os sindicalistas. Com pouca margem orçamentária, Dilma preferiu abrir um canal direto com o Congresso, antes de enviar a medida provisória com o reajuste de R\$545 do salário mínimo.

- Diferentemente do governo Lula, em que ministros defendiam os trabalhadores, no atual governo estamos sem apoio. Se Dilma continuar assim, vai perder o apoio dos trabalhadores. Vamos fazer uma mobilização nacional, o que será um grande desgaste para o governo - advertiu o deputado Paulinho da Força (PDT-SP), reagindo à postura do governo.

COLABOROU Chico de Gois

	VEÍCULO FOLHA ON-LINE	EDITORIA	
	TÍTULO MAIS 120 PRODUTOS TERÃO SELO PARA COMBATER INVASÃO DE CHINESES		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

JULIANA ROCHA

DE BRASÍLIA

Por ordem do governo, o Inmetro vai entrar na força-tarefa de combate à invasão de produtos importados chineses no Brasil. O instituto vai incluir cerca de 120 novos produtos na lista daqueles que têm que levar o selo de qualidade. O objetivo é impedir a importação de itens de má qualidade -- em geral identificados como vindos do país asiático.

A primeira lista de novas certificações será para o setor de eletroeletrônicos e outros utensílios elétricos residenciais. Segundo o presidente do Inmetro, João Jornada, 90 produtos desse setor estarão em breve sujeitos à fiscalização de qualidade. As empresas terão seis meses para se adaptar.

Governo estuda produtos importados que podem ter imposto maior Jornada disse que recebeu orientação do Ministério do **Desenvolvimento**, do qual o Inmetro é subordinado, para aumentar o número de certificações. Com isso, espera que tenha um efeito de ajudar na competitividade da indústria nacional.

"É uma medida de apoio à competitividade para promover a concorrência justa contra o produto que vem do exterior maquiado, de qualidade inferior", afirmou Jornada.

Depois dos eletroeletrônicos, serão incluídos na lista de obrigatoriedade do selo de qualidade autopeças, berços e colchões.

As regras de certificação de qualidade são as mesmas para a indústria nacional e para os importados. O presidente do Inmetro disse que, no caso dos importados, a empresa fabricante no exterior tem que fazer o pedido de certificação. O Inmetro aceita selos de qualidade emitidos por entidades reconhecidas pelo instituto no exterior. Jornada não soube informar quantas empresas estrangeiras levam o certificado.

O presidente do Inmetro garantiu que o instituto faz fiscalização em todo o país, e para isso conta com 7.000 funcionários. A fiscalização é feita nas lojas do varejo. Produtos não certificados encontrados à venda são apreendidos, e os estabelecimentos comerciais são multados.

	VEÍCULO FOLHA ON-LINE	EDITORIA	
	TÍTULO NÃO DEVEMOS TER ILUSÃO DE QUE CÂMBIO VAI MUDAR, DIZ MINISTRO		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

GIULIANA VALLONE

DE SÃO PAULO

O ministro Fernando PIMentel (Desenvolvimento) afirmou nesta sexta-feira que o cenário do câmbio no Brasil não deve mudar. De acordo com ele, a importância do Brasil hoje no cenário internacional fortalece o real.

"Nós não podemos ter a ilusão de que o cenário vai mudar em relação ao câmbio, porque países fortes têm moedas fortes. Então não vamos ter a ilusão de que o câmbio vai se desvalorizar de uma hora para outra", disse, após reunião com empresários e membros do governo para discutir inovação no país, realizada na CNI (Confederação Nacional da Indústria).

Governo estuda produtos importados que podem ter imposto maior De acordo com PIMentel, o Banco Central e o Ministério da Fazenda estão tomando as medidas possíveis para assegurar o câmbio num "nível razoável". "Mas esse nível sempre será muito mais valorizado do que foi em décadas passadas."

Além disso, ele ressaltou que o Brasil não vai igualar suas condições de trabalho às de países asiáticos para ganhar competitividade -- a China, por exemplo, é conhecida por seus baixos salários e altas jornadas impostas a seus trabalhadores.

O país enfrenta hoje um forte aumento nas importações por conta da grande valorização do real. O fluxo de investimentos para o país --por conta da alta taxa de juros e da economia fortalecida-- faz a cotação do dólar cair e barateia as compras de produtos no exterior.

Além disso, de acordo com o ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, o Brasil se tornou um bom mercado para os países ricos.

"Os países estão desovando estoques para o mundo para sair da crise como puderem. A demanda caiu no mundo e o mercado interno do Brasil se fortaleceu, então atraímos muito esses países", disse.

O saldo da balança comercial em 2010 foi o mais baixo desde 2002: o superavit caiu 19,8% ante 2009, para US\$ 20,3 bilhões. O Ministério não divulga projeções para este ano, e o Banco Central espera superavit de US\$ 11 bilhões.

As exportações brasileiras no ano passado foram as maiores da história, mas o resultado foi compensado pela alta nas importações, que somaram US\$ 181,6 bilhões, 42,2% a mais que em 2009.

PIMentel reforçou a parceria entre empresas e governo --discutida na reunião de hoje-- para aumentar a competitividade brasileira.

"Nós vamos conseguir competir se o esforço que nós estamos fazendo aqui der resultado, na competitividade via inovação, via novas tecnologias, aproveitando as vantagens que nós já temos, na área agrícola, petróleo e gás e energia limpa", disse. "Pela primeira vez na história, as lideranças empresarias estão unidas com o governo nesse esforço."

Mercadante, por sua vez, ressaltou ainda que o país não pode se acomodar exportando apenas commodities, mesmo em um ano como 2011, que promete alta dos preços destes produtos no mercado internacional. "O Brasil, com o pré-sal, está muito bem posicionado, mas tem que usar isso como uma oportunidade de olhar para outros que geram mais valor agregado."

	VEÍCULO PB NEWS	EDITORIA	
	TÍTULO Congresso		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Romero apresentará na Câmara projeto criando a Zona Zona Franca do Nordeste

[06/02/2011 18:47]

O deputado Governo Federal Romero Rodrigues (PSDB) disse que um dos seus primeiros projetos a apresentar na Câmara Governo Federal, será a implantação da Zona Zona Franca do Nordeste, tendo como base principalmente a Paraíba e, particularmente, Campina Grande.

Ele afirmou ser muito importante esse empreendimento, e certamente contará com o apoio de deputados, senadores, prefeitos, governadores além, e, principalmente da população para a implementação da iniciativa da maior importância para o desenvolvimento do Nordeste e da Paraíba, em especial. Espera contar com o apoio das organizações não governamentais para a concretização desse benefício para gerar milhares de empregos e desenvolver a região como um todo. O parlamentar destaca a importância e o potencial da Paraíba, notadamente Campina Grande, com várias universidades, diversas indústrias e a força trabalhadora de seu povo.

Romero tem como espelho a Zona Zona Franca de Manaus que é um centro financeiro (o principal da região norte do Brasil) implantado pelo governo brasileiro objetivando viabilizar uma base econômica na Amazônia Ocidental, promover a melhor integração produtiva e social dessa região ao país, garantindo a soberania nacional sobre suas fronteiras. A mais bem-sucedida estratégia de desenvolvimento regional, o modelo leva à região de sua abrangência (estados da Amazônia Ocidental: Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima e as cidades de Macapá e Santana, no Amapá) desenvolvimento econômico aliado à proteção ambiental, proporcionando melhor qualidade de vida às suas populações.

A ZFM foi criada em 1967 com o objetivo de estimular a Pólo Distrito Pólo Industriallização da cidade e sua área

adjacente, bem como ampliar seu mercado de trabalho. Trata-se de uma área de livre comércio, em que não são cobrados impostos de importação sobre os produtos comprados no exterior. Além de contribuir para o desenvolvimento do comércio local, a isenção alfandegária favoreceu a formação de um expressivo Distrito Pólo Distrito Pólo Industrial junto à capital do Amazonas. A maioria de suas indústrias é também montadora de produtos obtidos com tecnologia estrangeira.

A Zona Zona Franca de Manaus apresenta Pólo Comercial, Pólo Pólo Distrito Pólo Industrial e Pólo Agropecuário. O Pólo Pólo Distrito Pólo Industrial é considerado a base de sustentação da ZFM. O Pólo Pólo Distrito Pólo Industrial de Manaus possui mais de 450 indústrias de alta tecnologia gerando mais de meio milhão de empregos, diretos e indiretos. O Pólo Agropecuário abriga projetos voltados a atividades de produção de alimentos, agroindústria, piscicultura, turismo, beneficiamento de madeira, entre outras.

A Zona Zona Franca é área delimitada no interior de um país e beneficiada com incentivos fiscais e tarifas alfandegárias reduzidas ou ausentes. Seu objetivo é estimular o comércio e acelerar o desenvolvimento Pólo Distrito Pólo Industrial de uma região. A Zona Zona Franca de Manaus, criada em 1967 é fiscalizada pela Suframa, atraiu para aquela área amazônica muitas indústrias, sobretudo do ramo eletrônico avançado, que se beneficiam das facilidades de importação de peças e componentes de aparelhos eletroeletrônicos.

Fonte : Assessoria

	VEÍCULO DIÁRIO DO NORDESTE-CE	EDITORIA
	TÍTULO COMÉRCIO EVIDENCIA UNIÃO	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Os manufaturados puxam as exportações do Brasil no Mercosul. Na liderança estão automóveis, seguidos de aparelhos celulares, óleo combustível, tratores e partes e acessórios para veículos

Do ponto de vista comercial é onde estão mais evidentes os avanços no **Mercosul**. Os números ilustram bem o quanto a remoção de barreiras no comércio entre os Estados Parte do bloco trouxe resultados positivos, sobretudo para o Brasil. Desde o início da integração, o que de fato só ocorreu em janeiro de 1995, as trocas comerciais do País (exportações mais importações) com os demais integrantes mais do que triplicaram, saindo de US\$ 12,99 bilhões, naquele ano, para R\$ 39,21 bilhões, em 2010.

De fato, explica a economista e professora da Universidade Governo Federal do Ceará (UFC), Inez Silvia Batista de Castro, "o comércio é, sem dúvida, um indicador bem visível da evolução da união aduaneira", uma das propostas do **Mercosul**. "Ainda que o Banco Mundial tenha alertado que houve mais desvio (de outros países para os do Cone Sul) que criação de comércio, não se pode negar a maior integração entre seus participantes", fala.

Entretanto, esse crescimento no comércio regional se deu, sobretudo nos anos 1990, em meio aos percalços das crises que abalaram o cenário global, bem como às mudanças dos ventos da economia mundial ao longo desse período. Quando o bloco econômico enfrentou a crise asiática de 1997 e a desvalorização cambial argentina, em 2002, muitos chegaram a prever um futuro negro para o **Mercosul**.

Porém, nem mesmo a crise financeira internacional, desencadeada no segundo semestre de 2008, e que se estendeu pelo ano seguinte, com a onda de protecionismo que se instaurou na defesa das economias individuais, parece ter contribuído para que os laços fossem desfeitos.

Em 2007, as trocas comerciais do **Brasil** com os demais países do bloco cresceram 26,23% ante 2006; mantendo o mesmo ritmo de crescimento em 2008, com 26,56% de incremento. Os efeitos da crise só foram ser sentidos em 2009, quando o intercâmbio comercial com os integrantes do **Mercosul** recuou cerca de 21%. Já em 2010, em **Zona Franca** recuperação, as trocas aumentaram mais de 35% na comparação com o ano anterior.

Argentina concentra

Entretanto, nessa corrente de comércio, historicamente, ainda existe uma concentração muito forte entre o **Brasil** e a Argentina, onde, só no ano passado, a soma das exportações com as importações chegou a representar 84% (US\$ 32,95 bilhões) das trocas comerciais do País com todo o **Mercosul**. No confronto com 2009, esse movimentou cresceu quase 37%. O destaque ficou com as exportações que superam as importações em mais de US\$ 4 bilhões, e aumentaram cerca de 45%.

Perfil das exportações

Uma outra característica é o perfil das exportações brasileiras para os países integrantes do bloco.

Diferentemente do que ocorre entre o **Brasil** e os **mercados** mais dinâmicos, aproximadamente 91% do que é vendido pelo País são de produtos manufaturados. Os principais produtos são automóveis, aparelhos de telefonia celular, óleo combustível, tratores e partes e acessórios para veículos. (ADJ)

	VEÍCULO DIÁRIO DO NORDESTE-CE	EDITORIA
	TÍTULO POR QUE É TÃO DIFÍCIL FAZER O <u>MERCOSUL</u> DECOLAR	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Passados 20 anos da concepção de um mercado comum como definir, atualmente, o bloco econômico?

Quando se fala em Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, o assunto que logo vem à mente é o futebol. Mas além da paixão nacional pelo esporte, esses países têm muito mais em comum do que se imagina: um mercado - o Mercado Comum do Sul, mais conhecido como Mercosul. Há quase 20 anos, a sua semente era plantada, com assinatura do Tratado de Assunção, em 26 de março de 1991. Mas o processo de integração, de fato, só começou a se concretizar a partir de 1º de janeiro de 1995.

Prestes a completar duas décadas, entre avanços e recuos, a história do bloco econômico revela benefícios para todos os parceiros, mas, ao mesmo tempo, traz à tona arestas ainda a serem aparadas. Dificuldades internas e externas, que continuam a por em xeque a consolidação mais rápida desse mercado com potencial de expansão.

Novo impulso

A questão ganha novo impulso, a partir da visita da presidente brasileira Dilma Rousseff à Argentina, na semana passada, o que deu início ao ciclo de viagens internacionais de seu mandato. Esta é a segunda maior economia e principal parceiro comercial do País dentro do Mercosul. A iniciativa é apontada pelos especialistas como estratégica para o Brasil, que sozinho representa 75% do Produto Interno Bruto (PIB) dos quatro Países-Membros e concentra quase 80% da população de todo o Cone Sul. Ademais, o País detém ainda a maior influência na política internacional entre seus integrantes.

Na sua primeira viagem ao exterior, Dilma fechou 15 acordos com a presidente da Argentina, Cristina Kirchner. Nas conversas entre as duas, houve destaque para as relações econômicas, comerciais e de aliança estratégica, dado que os dois países ainda concentram as trocas de produtos e serviços no âmbito da região. A mandatária brasileira desembarcou em terras portenhas em meio a um clima de preocupação entre os empresários argentinos pela continuidade de valorização do real, o que aumentaria ainda mais a vantagem comercial do Brasil em relação à Argentina.

Objetivos em xeque

Fatos que, embora representem vantagens para uns, surgem, ao mesmo tempo, como perdas para outros, revelando as fortes assimetrias nos campos econômico, político e social entre os participantes do bloco, o que torna árdua a tarefa de executar os objetivos propostos quando da criação do Mercosul: livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC), adoção de uma política comercial comum, coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, e harmonização de legislações nas áreas pertinentes.

Passados 20 anos da concepção do projeto de um mercado comum, como definir, atualmente, o bloco econômico? Os objetivos propostos foram alcançados? O que ainda falta para fazer esse mercado decolar?

No balanço geral, segundo os especialistas consultados pelo Jornal, além das evidentes desigualdades entre os Estados Partes, diversos fatores econômicos e políticos também atrapalharam o calendário de integração e expansão do Mercosul. Embora o caminho ainda seja longo, o Mercado Comum do Sul continua a revelar-se promissor para o Brasil e suas empresas. Pode representar também peça chave para maior integração de todos os países da América Latina. Hoje, além dos Estados Partes do bloco, e ainda da Venezuela, em processo de adesão, Bolívia, Chile, Peru, Colômbia e Equador já participam como estados associados; e o México, embora este não seja um status oficial, entra como estado observador.

Fique por Dentro

O que rege o bloco

O Mercosul é um amplo projeto de integração regional, envolvendo dimensões econômicas, políticas e sociais, o que se pode inferir da diversidade de órgãos que ora o compõem, os quais cuidam de temas tão variados quanto agricultura familiar ou cinema, por exemplo. No aspecto econômico, o Mercosul assume, hoje, o caráter de União Aduaneira, mas seu fim último é constituir-se em verdadeiro Mercado Comum, seguindo os objetivos estabelecidos no Tratado de Assunção, por meio do qual o bloco foi fundado, em 1991.

Ainda nos dias atuais, ele é um bloco econômico com o processo de integração em curso, resultado de pelo menos sete tratados: Além do de Assunção, do Protocolo de Brasília (1991), do Protocolo de Ouro Preto (1994), do Protocolo de Ushuaia (1998), do Protocolo de Olivos (2002), do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela (2006), e do Protocolo Modificativo do Protocolo de Olivos (2007).

Obstáculos e oportunidades surgiram e o projeto foi e é modificado.

Os Estados Partes do **Mercosul** são Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Atualmente, o Paraguai é quem preside temporariamente o bloco. A Venezuela é Estado Parte em

processo de adesão e se tornará membro pleno uma vez que esteja em vigor o Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao **Mercosul**. Já os Estados Associados são Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru. Sua existência justifica-se em função do compromisso do **Mercosul** com o aprofundamento do processo de integração regional e pela importância de desenvolver e intensificar as relações com os países membros da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi).